

APLICABILIDADE DA LEI 11.645/2008, NO ENSINO MÉDIO EM UMA ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MANICORÉ/AM

Thais Da Silva Magalhães (UEA)¹

Delma Pacheco Sicsú (Orientador(a))²

RESUMO: O objetivo deste trabalho constituiu em analisar a Aplicabilidade da Lei 11.645/2008 no processo de ensino-aprendizagem da Cultura e História dos povos originários, integrado na Literatura Indígena, numa escola pública de Ensino Fundamental e Médio de Tempo Integral no município de Manicoré-Am. A referida lei entrou em vigor no dia 10/03/2008 e trata sobre a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nas escolas públicas e privadas do nosso país. A referida pesquisa é de natureza básica e exploratória, porque visa contribuir com o conhecimento de determinado estudo, de natureza quali-quantitativo. A metodologia participativa teve como informantes professores e alunos do Ensino Médio da referida escola. Visando o aprofundamento do tema, foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica acessadas por meios de revistas, artigos em *sites* virtuais e bibliotecas universitárias. A coleta de dados foi feita por meio de um questionário elaborado com perguntas abertas e fechadas e em seguida aplicado para 17 alunos e para 04 professores de Língua Portuguesa. Baseando-se nos dados apresentados, verificou-se o desconhecimento da referida Lei, assim como, a falta de formação para os professores sobre a temática indígena. Nesse sentido, a formação continuada é uma opção dada nesse trabalho, pois mesmo com a falta de conhecimento sobre os povos originários, os professores demonstraram interesse em aprender e repassar os conhecimentos de acordo com as propostas amparadas pela Lei. Os teóricos usados para embasar esse trabalho foram Kaka Werá Jecupé, Terry Eagleton, Maria Celestino Almeida e Daniel Munduruku.

Palavras-chaves: Lei 11.645/2008, Literatura Indígena, Cultura.

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata sobre a necessidade de se estudar a literatura indígena nas escolas públicas e se propõem a expor a devida importância de se aplicar a Lei 11.645/2008, a fim de promover uma reflexão sobre a cultura e o respeito pelos povos

1

2

originários e, ao mesmo tempo, conhecer e valorizar esses povos. Ao se colocar em prática a referida lei, também se promove um debate contra o preconceito que por muito tempo esses povos vêm sofrendo.

A pesquisa sobre a temática em questão, surgiu durante a minha trajetória no Ensino Superior, pois foi no curso de licenciatura em Letras que descobri a referida lei e sua importância e comecei a entender melhor a história dos povos originários que, durante séculos foi contada pelo não indígena, como se pode ver na Literatura Brasileira já no primeiro texto literário, a Carta de Pero Vaz de Caminha. Mas, no século XX, esse fato começa ser mudado por meio do movimento literário indígena que tem seu marco oficial com a publicação da obra *Antes o mundo não existia* (1980).

Com o surgimento literatura indígena, passamos a conhecer sobre a história dos povos nativos agora pelo olhar do próprio indígena. Nesse aspecto, é importante salientar que várias etnias estão tendo suas obras publicadas, cada uma delas com suas particularidades e suas próprias tradições, deixando clara a diversidade que é encontrada dentro da própria corrente literária. Ressalta-se que a publicação dessas obras está possibilitando resgatar um grande e rico patrimônio cultural existente em nosso país.

De acordo com o parágrafo acima, fica evidenciada a luta dos povos indígenas para manter viva as suas tradições. E essa luta dos povos originários se faz presente e necessária, pois ainda não receberam o reconhecimento devido por esta nação. Todos temos por obrigação e consciência de que devemos algo a esses povos, porém ainda há muito preconceito e falta de respeito com os mesmos. Um exemplo disso, é o uso do termo “índio” muito usado em nosso dia a dia, por isso é de uma significância que as crianças comecem a conhecer e respeitar a história e cultura dos povos originários desde o Ensino Infantil.

É perceptível na sociedade atual, o uso incorreto do vocábulo “índio”, o que demonstra uma ideia formada pelo colonizador. Nesse sentido, é necessário desconstruir a forma como vem sendo utilizado na atualidade, para que se possa fazer uso do termo “indígena” que significa “natural do lugar que habita”. Assim, a palavra indígena é o termo correto para designar os povos originários.

No percurso metodológico para a realização dessa pesquisa optou-se pela pesquisa qualiquantitativa e como técnica de pesquisa foi utilizada a pesquisa de campo e a aplicação de um questionário em uma determinada escola pública no município de

Manicoré/Am, para professores do Ensino Fundamental e Médio e para uma turma da 2ª série do Ensino Médio. Através desse instrumento de pesquisa foi verificado se a Lei está sendo implementada e se os conteúdos da História e Cultura Indígena estão sendo trabalhados na escola.

O processo de coleta de dados, aconteceu nos tempos vagos dos professores participantes para que eles estes pudessem responder o questionário com calma. Já na turma da 2º série o questionário foi aplicado pela professora em sala de aula, pois se houvesse dúvida a professora poderia auxiliar.

A aplicabilidade da Lei estudada, permite-nos saber se os alunos e professores compreendem a necessidade de conhecer a História e Cultura dos povos originários do nosso país e se estão dando de fato a devida importância que esses povos merecem.

O estudo do tema é muito importante para gestores educacionais e, também, para a pesquisadora, pois enquanto educadora poderá utilizar os conceitos aprendidos durante a formação inicial, fazendo com que a prática pedagógica contemple, de fato, os conhecimentos voltados para a cultura e história indígena, informando aos alunos, em sala de aula, sobre o preconceito, a discriminação e a intolerância que os povos originários sofrem. Trabalhar a referida lei na escola é fundamental para conscientizar crianças, jovens e adultos sobre a história e importância dos povos originários e para promover o respeito a essas pessoas.

1 A LEI 11645/2008 E A CULTURA INDÍGENA

A lei 11645/2008 estabelece que as diretrizes de bases nacional da educação, inclua em seu currículo a aplicabilidade do ensino da “História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena” nas escolas de ensino Fundamental e Médio, público e privado do país. Mesmo sendo pouco divulgada essa lei é muito importante no processo de valorização da cultura Indígena e Afro que por muito tempo foi marginalizada. A Lei foi publicada pelo presidente Lula na casa Civil no dia 10 de março de 2008, quando o Ministério da Educação estava sendo regido pelo ministro Fernando Haddad.

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. (LULA, 2008).

Toda cultura deve ser preservada e respeitada e a Lei 11.645/2008 vem para garantir que isso seja feito, porém ela ainda é pouco aplicada nas escolas. Assim como professores, devemos fazer valer a Lei e oportunizar o aluno a aprender e a conhecer sobre os povos originários, sua cultura e costumes

De acordo com Eagleton (2005, p.15),

Se somos seres culturais, também somos parte da natureza que trabalhamos. Com efeito, faz parte do que caracteriza a palavra “natureza” o lembrar da continuidade de nós mesmos e nosso ambiente, assim com a palavra “cultura” serve para realçar a diferença. (grifos do autor). (2005, p. 15).

Com essa afirmativa, pode-se dizer que homem é um ser social, pois vive em grupos nos quais ele compartilha de várias ideologias, que o fazem diferente dos outros e assim ele consegue construir sua própria história. Associando o ser cultural a uma ideia de cultivo, temos o dever de cultivar a nossa história e cultura, considerando que esta é muito importante para qualquer povo, seja ele indígena ou não.

A memória cultural se baseia no ensinamento oral da tradição, que é a forma original da educação nativa, que consiste em deixar o espírito fluir e se manifestar através da fala aquilo que foi passado pelo pai, pelo avô e pelo tataravô. (...) Um narrador da história do povo indígena começa um ensinamento a partir da memória cultural do seu povo, e as raízes dessa memória começam antes de o Tempo existir (JECUPÉ, 1998, p. 26).

Os povos originários não tem sua história contada direito e nós, como professores, temos o dever de recontar essa história, a fim de transmitir conhecimentos em relação à educação nativa, através da literatura produzida pelos próprios indígenas.

Há muitos anos essas histórias eram contadas de forma oral e hoje com a literatura pode-se encontrar essas histórias em muitas obras publicadas pelo país.

Segundo Munduruku,

Para o indígena existem dois tempos: o passado e o presente. O passado é memorial. Serve para nos lembrar quem somos, de onde viemos e para onde caminhamos. Um povo sem memória ancestral é um povo perdido no tempo e no espaço. Não sabe para onde caminha e por isso se preocupa tanto onde vai chegar. O passado é a ordenação de nosso ser no mundo. É ele que nos obriga a sermos gratos, a cantar e dançar ao

Espírito Criador. É ele que nos lembra o tempo todo que somos seres de passagem. O outro tempo é o presente. Para esses povos o tempo que importa é o presente. [...] Os indígenas são, portanto, seres do presente. Só sabem viver o e no presente (grifos do autor). (2017, p.49-50).

Acima o autor destaca que antes os povos originários transmitiam suas histórias através da oralidade e que hoje eles sendo um povo do presente usam a literatura como ferramenta para transmitir e manter viva todas as suas histórias e sendo um povo do presente utilizam o que o presente lhes oferecem, sendo assim dando ênfase a importância da Literatura Indígena para todos os povos.

Dessa forma a cultura, os ritos e costumes não se perderam com o tempo, ficaram eternizados através dos livros de literatura. A cada dia que passa surgem mais pessoas do presente que irão fazer com que a cultura e história não fique apenas como lembranças de um passado.

No meu pensamento, a literatura indígena não é a literatura do livro, o livro é um instrumento da literatura. Mas eu entendo que dançar a dança indígena é literatura, é uma conversa com os espíritos ancestrais. O canto indígena é literatura, é poesia pura do jeito tradicional de ser. Os rituais que se faz, os ritos de passagem, as narrativas que são passadas, são recontadas, são atualizadas pelos velhos da aldeia, é pura literatura, porque ela tem essa função de jogar quem escuta, jogar quem participa no coração do mundo (MUNDURUKU, 2011, p.4)

O autor, em sua fala, nos faz perceber que as histórias que eram contadas oralmente devem ser preservadas, assim como as danças, as pinturas, pois nada é por acaso na cultura indígena. As danças, por exemplo, têm vários significados e as pinturas em cada traço feito pelo corpo têm sua finalidade. Portanto, são esses ensinamentos a serem passados em sala de aula, pois quando se pinta o rosto de um aluno, sem saber e sem transmitir o verdadeiro sentido, estamos preservando não a cultura indígena, mas sim a cultura transmitida pelo colonizador.

1.1 IDENTIDADE E RESISTÊNCIA INDÍGENA

O indígena, em grande parte, teve sua identidade apagada, primeiramente pelos colonizadores e segundo pelos seus descendentes que são preconceituosos e não dão o devido valor aos povos originários. Ainda hoje acontece muito esse preconceito e o

movimento indígena, luta para quebrar com esse paradigma que por muitos anos permeia em nossa sociedade.

Segundo Jecupé (1998, p.13),

O índio não chamava e nem chama a si mesmo de índio. O nome “índio” veio trazido pelos ventos dos mares do século XVI, mas o espírito “índio” habitava o Brasil antes mesmo de o tempo existir e se estendeu pelas Américas para mais tarde, exprimir muitos nomes, difusores da Tradição do Sol, da Lua e do Sonho.

O termo “índio” foi nomeado pelo colonizador quando chegou ao Brasil, pois pensavam estar chegando a Índia. Desde então, esse termo, vem sendo usado dia após dia por todos na sociedade. A luta desses povos é constante e vem crescendo a cada dia, muitas pessoas estão conhecendo, valorizando e respeitando a história e cultura dos indígenas. E mesmo com lutas diárias é preciso que as escolas colaborem para que futuramente a sociedade possa vir a conhecer e utilizar o termo correto e assim os autóctones tenham o seu valor reconhecido.

A resistência indígena é um movimento quem vem crescendo com o passar dos anos e tem como uma de suas causas, quebrar o preconceito equivocado que os colonizadores idealizaram sobre os indígenas.

Almeida (2010, p.9-10) destaca:

De personagens secundários apresentados como vítimas passivas de um processo violento no qual não havia possibilidade de ações, os povos indígenas em diferentes tempos e espaços começaram a aparecer como agentes sociais cujas ações também são considerados importantes para explicar os processos históricos por eles vividos. Essas novas interpretações permitem outra compreensão sobre suas histórias e, de forma mais ampla sobre a História do Brasil.

Os povos originários não eram conhecidos pelo que eles eram e sim pelo o que escreviam sobre eles, a literatura é um meio pelo qual os povos originários vem resistindo e existindo perante a sociedade. Hoje, esses povos estão lutando e exercendo o poder de contar sua própria história e dessa forma não deixaram sua cultura, ritos e costumes morrer.

A literatura indígena tem como um de seus objetivos fazer com que todos conheçam suas próprias raízes, pois é uma forma de se manter viva as tradições, os ritos e a cultura dos povos originários.

A partir desse tópico, dar-se-á ênfase a alguns nomes da Literatura Indígena; Daniel Munduruku, Julli Dorico, Graça Graúna, Olívio Jekupé, Eliane Potiguar e muitos outros. Assim fazendo com que os povos originários sejam conhecidos e valorizados além de nossos limites.

Em entrevista ao Blog Brinque.Book (2022), Daniel Munduruku afirma que a literatura tem um papel importante, pois visa formar consciência nas crianças sobre a diversidade indígena, como uma forma de preservação da população. Além disso, Munduruku chama a atenção sobre a importância de manter essa força.

Munduruku, por exemplo, é considerado um dos mais renomados nomes da literatura indígena, um dos pioneiros na defesa dos povos indígenas, com mais de 20 obras publicadas e tem em sua trajetória prêmios renomados com o Prêmio Jabuti e o Prêmio Fundação Bunge.

Não só Daniel, como Julli Dorico, Graça Graúna e Eliane Potiguar resistem para não serem esquecidos e desprezados por uma sociedade, onde não se pode ser diferente, que ainda vive a ideia do colonizador. Em grande maioria não só querendo um espaço que lhe foi tirado e que é de direito, mais sim para poder se viver de forma diferente onde se é respeitado e cultivado para que não possa ser esquecido.

1.2 RESIGNIFICAÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS

A data 19 de abril foi criada com o objetivo de promover as contribuições dos indígenas para o Brasil, sancionada então pelo o governo do então Getúlio Vargas. Essa data é conhecida como o dia do “índio”, mas para o movimento indígena essa data vem se tornando um marco histórico para suas lutas, contra a invasão de suas terras, contra o desmatamento e para as demarcações de terras.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista que o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, reunindo no México, em 1940, propôs aos países da América a adoção da data de 19 de abril para o “Dia do Índio”. (VARGAS, 1943).

A redefinição da data do dia 19 teve uma importante mudança, no dia 08 de junho de 2022, com a Lei 14.402 que instituiu para o dia 19 como Dia dos Povos Indígenas, porém como venho sempre destacando, ainda falta muito a se fazer e essa mudança deve começar nas escolas. Conforme a Lei,

O Presidente Da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do parágrafo 5º do art.66 da Constituição Federal, a seguinte lei: Art. 1º Esta Lei institui o dia 19 de abril como o Dia dos Povos Indígenas e revogada o Decreto- Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943. Art. 2 Fica instituído o Dia dos Povos Indígenas, a ser celebrado, anualmente, no dia 19 de abril. Art. 3º Fica revogado o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943 (...). (BOLSONARO, 2022)

Esse movimento de luta e respeito pelos direitos dos indígenas não dura só um dia, permanece por todo o mês de abril com ações promovidas por representantes de várias etnias. Porém como venho sempre destacando, ainda falta muito a se fazer e essa mudança deve começar nas escolas. Quando um professor comemora o dia 19 pintando o rosto das crianças e confeccionado cocares eles estão passando uma visão dos indígenas do passado, aqueles que foram descritos pelos colonizadores.

Pouco é apresentado sobre os indígenas de hoje, os que estão aqui lutando para resistirem ao tempo, as indiferenças dos governantes e a uma sociedade preconceituosa onde ainda não lhe dão o devido valor e respeito a esses povos que há séculos sofrem todo tipo de violência. Daniel Munduruku em entrevista para BBC News, no dia 19 de abril de 2019, sugere que “As escolas passem a usar o 19 de abril não como uma data comemorativa. É uma data para a gente refletir. Deve gerar nas pessoas um desejo de conhecer, de entrar em contato com essa diversidade dos povos indígenas.” (MUNDURUKU, 2019)

Os indígenas estão dando um outro sentido para essa data, ao invés de serem lembrados, estão protagonizando suas próprias lutas e criando ações para garantir seus direitos. São essas mudanças que devem ser trabalhadas dentro das escolas dando aos indígenas visibilidade à sua cultura, história e luta.

A Lei 11.645/2008, institui a obrigatoriedade da temática indígena nas escolas e dessa forma podemos conhecer melhor os povos originários, porém como apresentado nesse trabalho ainda está muito longe de acontecer. É preciso que se faça uma formação para que os professores possam ter ferramentas a serem trabalhadas nas escolas para contribuírem com a temática indígena.

2. METODOLOGIA

2.1 Tipo de pesquisa

É uma pesquisa de natureza básica, porque visa contribuir com o conhecimento de um determinado objeto de estudo. Do ponto de vista metodológico, é uma pesquisa de campo, porque de acordo com Fonseca (2010, p.70), “baseia-se na observação dos fatos tal como ocorrem na realidade”.

A referida pesquisa possui uma abordagem quali quantitativa. É qualitativa porque, segundo Minayo (1993, p.21), “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. É também quantitativa, pois segundo Silva e Urbaneski (2009, p.49), “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-los e analisá-los”.

Para alcançar os objetivos propostos, foi desenvolvida pesquisa exploratória que segundo Silva e Urbaneski (2009, p.50), “proporciona maior proximidade com o problema, visando torná-lo explícito ou definir hipótese. Procura aprimorar ideias ou descobrir intuições”.

Quanto aos procedimentos técnicos, a referida pesquisa é documental, pois é “elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico, documentos de primeira mão, como documentos oficiais, filmes, fotografias, gravações, etc.” A pesquisa é também bibliográfica, técnica utilizada para encontrar fontes seguras, para o desenvolvimento do trabalho científico.

2.2 População e amostra

04 professores graduados no curso de Letras, efetivos e contratados da rede pública estadual, que atuam numa escola pública de tempo integral, situada no município de Manicoré, zona urbana. Participaram também da pesquisa 16 alunos de 2ª série do Ensino Médio, na faixa etária de 17 a 18 anos, oriundos dos bairros periféricos da cidade.

2.3 Instrumento de coleta de dados

Para a coleta de dados, aplicou-se de dois questionários, com perguntas semiestruturadas abertas e fechadas. Segundo Gil (1996), esta técnica de investigação possibilita conhecer opiniões, crenças, sentimentos, interesses vivenciados e outros.

Os questionários apresentaram uma técnica em seus roteiros prévios com perguntas elaboradas a partir dos objetivos de estudos e foram organizadas de forma que os participantes tivessem duas alternativas de respostas, sim ou não.

2.4 Resultados e Discursões

Dados coletados com professores

Os conteúdos apreendidos foram analisados à luz dos teóricos que embasam essa pesquisa. Além disso, fez-se uso de quadros que foram utilizados de acordo com os resultados obtidos durante a realização da pesquisa.

Nesta parte do artigo foram analisados e discutidos os dados coletados através de um questionário, composto de perguntas abertas e fechadas, aplicadas a professores e alunos.

Quando questionados se utilizavam o termo “índio”, dois professores disseram “sim” e dois disseram “não”. Pelas respostas dos professores, fica evidenciada que muitos desconhecem o uso correto ao se referirem aos povos originários. De acordo com Jecupé (1998, p.13); o índio não chamava e nem chama a si mesmo de índio. O nome “índio” veio trazido pelos ventos dos mares do século XVI, mas o espírito “índio” habitava o Brasil antes mesmo de o tempo existir e se estendeu pelas Américas para mais tarde, exprimir muitos nomes, difusores da Tradição do Sol, da Lua e do Sonho.

Nessa perspectiva, observa-se que apesar do tempo ainda hoje prevalece a ideia do colonizador quanto ao uso do vocábulo índio.

No que diz respeito ao conhecimento da Lei 11645/2008, um professor respondeu que conhece e três desconhecem a lei. Nesse item, observa-se que há uma falta de conhecimento e de divulgação sobre a referida Lei, apesar de estar em vigor há 19 anos.

A Proposta Curricular e Pedagógica do Ensino Médio (2021 p.41) cita:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/1996) foi alterada pela 10.639/2003 e Lei 11.645/2008) a partir disso, estabeleceu no Art.26-A, a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados. Portanto, tornou-se obrigatório a inclusão do estudo da História da África e dos Africanos, dos Indígenas, a luta dos negros e índios no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira, negros e índios na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição desses povos nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Os conteúdos serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História.

Observou-se que há muito que se fazer para que a Lei seja de fato aplicada e conhecida nas escolas públicas do município. As propostas estão aí, porém falta empenho em se fazer acontecer. Como venho sempre ressaltando, uma formação voltada a esse conteúdo seria um dos caminhos.

Quando questionados se trabalhavam Literatura Indígena e Afro-brasileira com seus alunos, a resposta foi unânime, todos responderam que não.

A Lei 11645/2008, garante que o estudo da Literatura Indígena seja aplicado dentro das escolas e com a formação adequada aos professores, conseguiremos avançar para que toda a sociedade possa conhecer a Literatura dos povos originários.

Quanto aos questionamentos, com perguntas abertas, sobre a metodologia usada nas aulas de literatura indígena, obteve-se as seguintes respostas:

Dois professores responderam que não aplicam aulas voltadas à literatura indígena e dois não responderam.

“não utilizo nenhuma metodologia, porque não ministro aulas de literatura indígena.”

Prof. 1

“infelizmente não apliquei nem uma aula com essa literatura.”

Prof. 2

Ainda com o mesmo formato de perguntas foi questionado: Para você como professor há uma resistência em se estudar a literatura indígena? Três professores responderam que sim e apenas um disse que não. Algumas respostas foram bem interessantes, conforme citadas abaixo:

“Sim. Porque não há uma habilidade específicas quanto a literatura indígena.”

Prof. 1

“Sim. Preciso conhecer essa literatura indígena para poder ter segurança do assunto.”

Prof. 2

“Sim. Porque algumas línguas indígenas não existem mais.”

Prof. 4

O que podemos observar diante das respostas dos professores em relação a essa pergunta específica, é que de fato deve existir uma formação voltada para o conhecimento em Literatura Indígena, pois os mesmos não a conhecem e muito menos sabem sobre o que a Lei determina.

Quando questionados sobre se é importante estudar a Literatura dos povos originários, todos foram unânimes nas respostas.

“Sim. Porque através disso os jovens passariam a conhecer melhor sobre suas raízes.”

Prof. 1

“Sim. Pois faz-se importante para conhecer melhor sobre suas origens.”

Prof. 2

“Sim. Embora eu não aplique no momento é importante para os alunos aprenderem para que ela não seja esquecida, isto que fez parte da nossa história.”

Prof. 3

“Sim. Porque a origem das línguas tem uma história que deveria ser conservada e estudada como língua históricas de uma nação.”

Prof. 4

Diante das respostas obtidas pelos professores, observou-se que os mesmos não aplicam aulas sobre a temática, que não fazem o uso do termo correto ao se referirem aos povos originários, que não conhecem a Lei 11.645/2008, que não tiveram uma formação onde eles pudessem conhecer e trabalhar a temática e por isso não estão aptos a trabalharem o referido assunto. Aqui destaco a fala do professor 02: “Preciso conhecer essa literatura indígena para poder ter segurança do assunto.” Portanto, fica aqui a reflexão sobre importância da formação continuada dos professores pela temática proposta pela lei.

A partir desse tópico serão divulgados os questionamentos feito aos alunos. Para melhor compreensão, será utilizado um quadro com as perguntas e as respostas.

Dados coletados dos alunos

Quadro-01:

| Pergunta 1 | Número de alunos | Sim | Não |
|---|-------------------------|------------|------------|
| Você usa o termo “índio”? | 16 | 13 | 03 |
| Pergunta 2 | | | |
| Você gostaria de aprender sobre seu povo e sua História? | 16 | 14 | 02 |
| Pergunta 3 | | | |
| Você conhece a verdadeira história sobre a invasão do Brasil? | 16 | 08 | 08 |
| Pergunta 4 | | | |
| Você já teve contato com a Literatura Indígena? | 16 | 01 | 15 |
| Pergunta 5 | | | |
| Você gostaria de ter conhecido a história do seu povo desde o Ensino Fundamental I? | 16 | 14 | 02 |

Quadro-01- Dados coletados dos alunos

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Quando questionados sobre o termo “índio”, os alunos, em grande maioria, responderam que utilizam o termo. Isso reflete na falta de conhecimento passado para a sociedade, refletindo na vida escolar desses alunos. Para reverter esse quadro, sugere-se melhores investimentos em políticas públicas voltadas para a formação de professores específicas para essa área de estudo.

Em relação à segunda pergunta, percebe-se que há, por parte da maioria dos alunos entrevistados, interesse em conhecer sobre os povos originários. Em virtude desses dados, pode-se ainda reforçar a importância de se divulgar a Literatura Indígena e a efetivação da Lei 11.645/2008 na escola.

Sobre a pergunta referente à invasão do Brasil, os alunos ficaram empatados nas respostas. Isso mostra que em algum lugar conhecerem um pouco sobre a História dos povos originários.

Ao serem questionados se já tiveram contato com a Literatura Indígena, os alunos foram mais uma vez a maioria e responderam que “não”. Isso tem uma grande relevância para este estudo, mostrando como, de fato, é importante a formação docente voltada para essa temática, pois mesmo com 19 anos em vigência da Lei 11.645/2008 ainda não se fazem presentes os conhecimentos pertinentes nessa área.

A última pergunta feita aos alunos foi se eles gostariam de ter conhecido a História do seu povo e mais uma vez a maioria respondeu que “sim.” Nesse aspecto, ressalta-se que ainda há um longo caminho a ser trilhado para que a História dos povos Indígenas brasileiros seja conhecida e estudada, para que assim seja rompida a barreira e os estereótipos deixados pelo colonizador em nosso país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa de campo, chegou-se à conclusão que a escola pesquisada não faz uso da Lei e que uma das possíveis causas é a falta de conhecimento por parte da maioria dos professores e alunos sobre a aplicabilidade da lei. Esse desconhecimento leva-nos a refletir que, mesmo após 19 anos de existência da referida Lei, há ainda falta de políticas públicas voltadas para a temática da cultura e história dos povos afro e indígenas. Além disso, é perceptível que, também, não há divulgação da lei junto aos docentes e discentes da referida escola.

Outro aspecto interessante é sobre a formação dos professores, pois os resultados da pesquisa mostraram que eles não possuem a formação necessária para desenvolver um trabalho que esteja de acordo com o que preconiza a Lei 11.645/2008. Nessa perspectiva, sugere-se melhores investimentos em políticas públicas voltadas para a formação continuada desses profissionais.

A partir dos enunciados acima, espera-se que possa haver uma melhor divulgação da Lei e que esta seja aplicada concretamente nas escolas públicas e privadas, a fim de que os povos originários possam ser respeitados e preservados em sua história e cultura.

Durante a pesquisa percebeu-se que mesmo com uma Lei que garante os estudos de História e Cultura Afro e Indígena, os professores não têm uma formação para trabalhar os conhecimentos voltados para esses conteúdos, o que torna complexa a

atuação do professor em sala de aula. Sendo assim, o trabalho fica mais árduo, pois como divulgar, preservar e conscientizar algo que não se conhece. Uma das possíveis soluções seria possibilitar a formação continuada de professores, que tivesse como foco essa temática. Essa proposta seria fundamental para valorização da cultura desses povos que vivem sobre à sombra do colonizador.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Celestino. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 13-14.

BOLSONARO, Jair Messias. **Lei 14.402, de 8 De Junho De 2022**. Brasília, Presidência da República, 2022.em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/lei/L14402.htm>Acesso em: nov. 2022.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Unesp,2005.

FERNANDES, Cláudio. “19 de abril-Dia do Índio”; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilescuela.uou.com.br/datas-comemorativas/19-abril-dia-Índio.htm>. Acesso: 21.11.2022.

FONSECA, Luiz Almir Menezes. *Metodologia Científica ao alcance de todos*. 4. ed. Manaus: Valer, 2010.

GIL, Antônio C. **Método e técnicas em pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas,1999.

JECUPÉ, Kaka Werá. **A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio**. 3.ed. São Paulo: Peirópolis, 1998.

LULA, Luiz Inácio. **Lei nº11.645, de 10 de março de 2008**. Brasília, Presidência da República, Casa Civil, 2008. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>Acesso em: nov. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**. 33. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2013.

MUNDURUKU, Daniel. *Como surgiu: mitos indígenas brasileiros*. São Paulo: Callis Ed., 2011, p. 04.

_____. **Dia do índio é data folclórica e preconceituosa**. [BBC News Brasil] Amanda Rossi.São Paulo. 2022. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-47971962>. Acesso:29/11/2022.

_____. **Literatura indígena com Daniel Munduruku**. Grupo Brique.Book. Disponível em: <https://blog.brinquebook.com.br/uncategorized/literatura-indigena-com-daniel-munduruku-2/> Acesso em: 20:55 de 29.11.2022.

_____. *Daniel.Mundurukando 2: Sobre vivência, piolhos e afeto: roda de conversa com educadores*. Lorena, SP: UK’A Editorial, 2017.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPOSTO. **Proposta Curricular e Pedagógica: (Ensino Médio)**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2021.

SILVA, Renata; URBANESKI, Vilmar. **Metodologia do trabalho científico**. Grupo Uniasselvi, 2009.